

segundo caderno



Jornal de Brasília
TERÇA-FEIRA, 12/2/85

SAÚDE

A situação do setor no DF "é um reflexo da política nacional de saúde:
vai bem apenas no Plano, enquanto
nas satélites a falta de assistência é total"

Atendimento deve ser democratizado

Além dos escândalos nacionais das fraudes, envolvendo vários hospitais credenciados pelo Ministério da Previdência Social, a quantas anda a política de saúde do País? E os seus reflexos aqui em Brasília, são positivos ou negativos? Para responderem estas e outras questões, dezenas de técnicos da área de saúde e representantes de entidades de classes vão se reunir hoje e amanhã, aqui em Brasília, no Sindicato dos Professores (SCS).

É o chamado simpósio "Brasília e a Região Geoeconômica: a Saúde em Debate," uma promoção da Fundação Pedroso Horta, do PMDB do Distrito Federal, que tem o apoio de sete sindicatos, cinco associações de classes e dos conselhos regionais de Fonoaudiologia, de Medicina e de Psicologia. As reuniões serão feitas às 19 horas e o tema de hoje será "A Política Nacional de Saúde e suas Implicações para o Entorno em Brasília."

A saúde no DF

Segundo afirmações do professor e escritor Volnei Garrafa, a saúde no DF "é um reflexo da política nacional de saúde do País: vai bem apenas no Plano Piloto, em certos aspectos, enquanto nas cidades-satélites falta tudo. E a mesma situação encontrada nos grandes centros urbanos do País: na periferia, no interior do País, é total a ausência de uma política de saúde."

Autor do livro *Contra o Monopólio da Saúde*, Editora Achiamé, Volnei Garrafa é também o coordenador de saúde da Fundação Pedroso Horta de Brasília. Para ele, "tomando-se, por exemplo, os dados sobre mortalidade in-

fantil e doenças transmissíveis, Brasília apresenta as melhores condições sanitárias. Mas é só. Saindo do Plano para as Satélites, a situação é outra."

— Esses índices — acrescenta Garrafa — deixam mostrar as disparidades existentes entre o Plano Piloto e as cidades-satélites. São índices perfeitamente compatíveis com os desníveis de renda que há entre eles. Para citar apenas um exemplo: a mortalidade geral, no Plano, é menos da metade da que é registrada em Brazlândia e Planaltina.

Difícil acesso

Garrafa afirma ainda que estudos realizados nas cidades-satélites revelaram "dados estorecedores. Numa avaliação recente feita com crianças de seis a 12 meses na Ceilândia, nos mostrou à prevalência de 25 por cento de crianças desnutridas, entre as crianças pesquisadas. E como a desnutrição está intimamente relacionada ao problema da política de salários e de empregos, a gente conclui que os diversos desníveis salariais, entre a população do Plano e das cidades-satélites, são responsáveis pela desnutrição das crianças."

O autor de *Contra o Monopólio da Saúde*, para ilustrar a sua tese de que "é muito difícil o acesso que a população tem ao sistema oficial de saúde", cita o exemplo muito conhecido entre os dentistas: "Dos 1.400 dentistas, aproximadamente, existentes em Brasília, 1.200 trabalham apenas aqui no Plano Piloto. E é no Plano, é bom que se deixe bem claro, onde habita apenas um terço da população de Brasília, hoje estimada oficialmente em 1,3 milhões de habitantes."

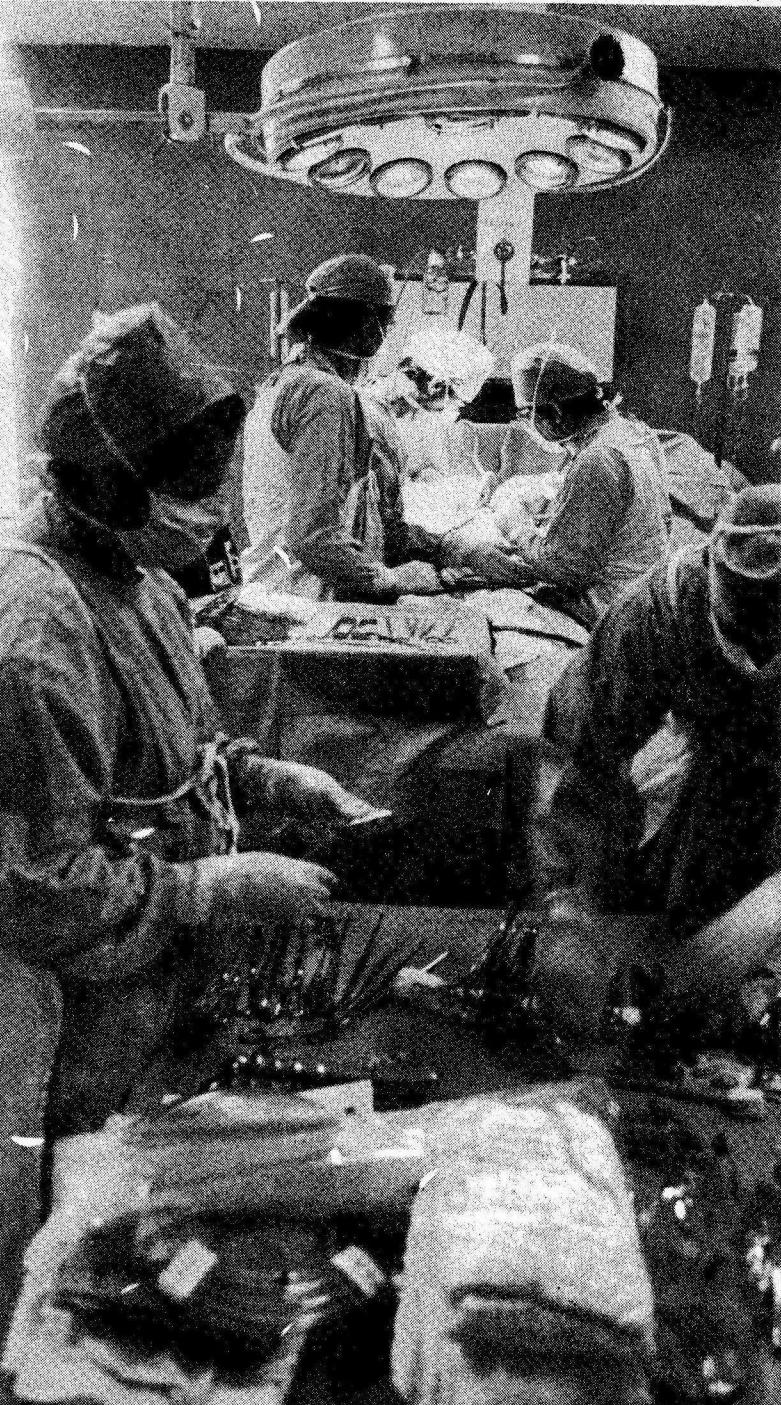
E ainda nesta questão do acesso ao sistema de saúde, por parte dos segmentos da população de baixa renda. Volnei Garrafa garante que a rede hospitalar de atendimento público "está, cada dia mais, perdendo terreno para a rede hospitalar privada. Exatamente pela queda registrada no padrão de qualidade, que provocou a evasão, do setor público para o privado, daquele segmento da população economicamente privilegiado."

— Foi assim — explica — que o setor de saúde privado de Brasília cresceu, em detrimento do setor público. Embora mal equipado, o setor privado dissimula suas deficiências materiais e humanas, com a presteza do atendimento e o conforto de suas instalações. Contribuíram também para o crescimento do setor privado de saúde, em primeiro lugar, a participação do INAMPS.

Esta participação, diz o professor da Faculdade de Medicina da UnB-Universidade de Brasília, deu-se pelo fato do INAMPS "financiar as atividades setoriais, em conjunto com a Fundação Hospitalar do DF. Em segundo lugar, figuram os inúmeros convênios de órgãos públicos com empresas médicas, somando-se a estes fatores o estabelecimento de teto para a parte da remuneração dos médicos, bem como o fornecimento de créditos subsidiados para investimentos setoriais, promovidos pelo FAS/CEF."

Democratizar

Neste sentido, o autor de *Contra o Monopólio da Saúde* defende tese da "democratização urgente do setor de saúde brasileiro. Tanto no DF como no restante do País, as



decisões da área médica são muito centralizadas em gabinetes, sem a participação e compreensão dos maiores interessados. Criou-se, desta maneira, o binômio vicioso do paternalismo/passividade."

— O autoritarismo — prossegue Garrafa — e a rígida hierarquia criados nos serviços e hospitais, portanto, além de evitar a criação

de uma verdadeira política de aperfeiçoamento e adaptação dos recursos humanos à realidade concreta, castrou a evolução das lideranças. Como consequência, o que se verifica é o absoluto isolamento entre o pessoal da área de saúde e a população atendida. Daí, só a democratização da saúde vai revolver o problema.

Com este ponto de vista, também está de acordo a presidente do Sindicato dos Médicos do DF,

Maria José Conceição. Para ela, no momento em que se debate a questão da saúde, é bom que se tenha em mente que o futuro secretário de saúde do DF não deve ser apenas um homem da confiança do futuro governador de Brasília. Mas, também, um homem profundamente identificado com os problemas de saúde do DF."

— Este novo secretário — afirma a presidente do Sindicato dos Médicos — terá que fazer uma política viável de saúde para o DF, terá que ser competente e terá ainda a responsabilidade de implantar a democracia interna no setor de saúde pública do Distrito Federal. Atualmente, o nosso plano de saúde é muito criticado e nós achamos mesmo que a estrutura de saúde do DF deve ser inteiramente modificada."

Sugestões novas

Volnei Garrafa, por sua vez, também está de acordo com a opinião da presidente do Sindicato dos Médicos. "Nós somos profissionais desta área e nos preocupamos exatamente com a comunidade e, por isto mesmo, não incluímos nesta questão de saúde os nossos pontos de vistas ideológicos. Na área de saúde pública do DF existem profissionais de todos os partidos políticos de oposição e até mesmo do PDS."

E será com esta pluralidade ideológica, argumenta Garrafa, "que nós vamos elaborar um documento, como forma de sugestão, para ser enviado a todas as entidades classicistas do País e de Brasília. Será um documento-síntese, que vai ser elaborado a partir dos documentos-básicos já existentes na área, como um que foi redigido sobre a responsabilidade da Fundação Pedroso Horta."

Neste documento, informa, os profissionais da área de saúde vão exigir a criação de Sistema Unificado de Saúde para o País, em geral, e o DF, em particular. Para o País, o sistema terá que ter as seguintes diretrizes: eliminação da dicotomia entre a atenção à saúde das pessoas e à saúde coletiva. A universalização da cobertura dos serviços e equalização do acesso a todos os usuários."

Garrafa cita ainda a questão do "financiamento do sistema de saúde pela integração efetiva dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, através de percentuais mínimos fixados. A descentralização do sistema de tal modo que à União caiba uma ação normativa e de financiamento e aos estados e municípios a definição e operacionalização de sistemas regionais e locais de saúde."

Quanto ao setor privado, este deverá desempenhar, no Sistema Unificado de Saúde, "um papel suplementar ao do setor público, especialmente na rede hospitalar, onde tem uma presença significativa. Com relação a Brasília, e visando as suas especificações, recomenda-se as seguintes orientações: integração entre prestadores e usuários de serviços de saúde, através de Conselhos Comunitários."

Esses conselhos — acrescenta garrafa — "teriam ainda o poder de fiscalização e controle dos aspectos relacionados à saúde coletiva, tais como a qualidade da água, a quantidade de flúor, a coleta e eliminação do lixo etc. Equalização do nível de atendimento aos diversos segmentos da população, implantação de unidades de saúde nos municípios do entorno de Brasília e a democratização do setor hospitalar, entre outras sugestões".

Menezes de Moraes